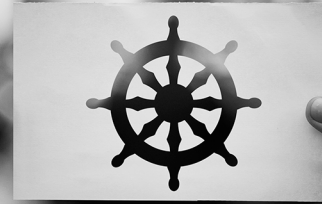
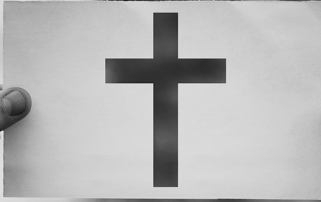


Marcelo Máximo Purificação
Vanessa Alves Pereira
Sonellaine de Carvalho
(Organizadores)



Teologia e Ciência da Religião: Agenda para Discussão 2

Marcelo Máximo Purificação
Vanessa Alves Pereira
Sonellaine de Carvalho
(Organizadores)



Teologia e Ciência da Religião: Agenda para Discussão 2

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Vanessa Alves Pereira
Sonellaine de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Teologia e ciência da religião: agenda para discussão 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Vanessa Alves Pereira, Sonellaine de Carvalho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-541-9

DOI 10.22533/at.ed.419202810

1. Teologia. 2. Ciência. 3. Religião. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Pereira, Vanessa Alves (Organizadora). III. Carvalho, Sonellaine de (Organizadora). IV. Título.

CDD 215

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O momento em que vivemos, marcado pela primeira onda mundial do COVID-19 tem levado muitas pessoas a refletirem sobre a vida. O diálogo religioso tem sido, nesses momentos difíceis acalento para muitas pessoas. Mesmo, sabendo que historicamente as Ciências da Religião e a Teologia, possuem identidades e trajetórias próprias, porém, não indiferentes entre si, arriscamos dizer que nesse contexto abstruso, através da “fé e da razão” vêm colaborando na religiosidade das pessoas. No discurso teológico de São Tomás de Aquino a “fé e a razão” aparecem como valores intrincados com o conhecer da verdade, e nos contextos de hoje, marcado pelo isolamento social, o conhecer nos leva a verdade do outro e a verdade sobre nós mesmos. Reflexões sobre a vida, o ser humano, a morte, o sagrado têm sido perenes nesse período de isolamento.

Um dos caminhos utilizados pelas pessoas nesse contexto pandêmico, é o da leitura. Uma boa leitura, sempre fez bem ao corpo e a alma. A partir dessas premissas apresentamos a obra - **Teologia e Ciência da Religião: Agenda para Discussão 2** -. Uma obra com 11 textos diversificados, oriundos de pesquisas, investigações de vários autores e de vários contextos. Tais elementos, tornam esta obra rica em reflexão gravitando em eixos como (Bíblia Hebraica, Confessionalidade, Congar, Eclesiologia, Gênero. Morte, Narrativas Bíblicas, Paradigmas, Peregrinos, Preservação, Religião, Santo, Tempos, Teologia, Tolerância. Xintoísmo, etc.) cujos diálogos ora perpassam pelos liames das Ciências da Religião, ora pela Teologia. Deixamos aqui o convite, para leiam e apreciem a obra.

Marcelo Máximo Purificação
Vanessa Alves Pereira
Sonellaine de Carvalho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMAGEM FEMININA NA ASSEMBLEIA DE DEUS – MISSÕES: UM PANORAMA DE COMO QUADROS TEÓRICOS PERMITEM COMPREENDER POSSÍVEIS TENSÕES ENTRE AS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO ASSOCIADAS AO FEMININO	
Ana Luíza Gouvêa Neto	
DOI 10.22533/at.ed.4192028101	
CAPÍTULO 2	13
A LITERATURA INFANTIL AFRICANA: ROMPENDO COM A CULTURA HEGEMÔNICA	
Mônica Abud Perez de Cerqueira Luz	
DOI 10.22533/at.ed.4192028102	
CAPÍTULO 3	28
A PRÁTICA RELIGIOSA E A MORTE NA MEMÓRIA DOS IMIGRANTES JAPONÊSES	
Tomoko Kimura Gaudioso	
André Luis Ramos Soares	
DOI 10.22533/at.ed.4192028103	
CAPÍTULO 4	41
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO: UM OLHAR SOBRE A MANUTENÇÃO E/OU RESTAURAÇÃO DA IGREJA SÃO TIAGO MAIOR DE LÂNDANA (CABINDA/ANGOLA)	
Joaquim Paka Massanga	
DOI 10.22533/at.ed.4192028104	
CAPÍTULO 5	54
A REPRESENTAÇÃO ARTÍSTICO-LITERÁRIA DA MADEIRA DE ACÁCIA NO ÂMBITO DAS LOCAÇÕES CÊNICAS DAS NARRATIVAS BÍBLICAS	
Petterson Brey	
DOI 10.22533/at.ed.4192028105	
CAPÍTULO 6	63
A SERVIÇO DO QUE SE MOVE: A TRADIÇÃO CAMBIANTE DA FESTA DOS SANTOS PEREGRINOS	
Andiara Barbosa Neder	
DOI 10.22533/at.ed.4192028106	
CAPÍTULO 7	77
AS MISSÕES PROTESTANTES NA AMÉRICA LATINA E SEU IDEÁRIO POLÍTICO	
Dora Deise Stephan Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.4192028107	

CAPÍTULO 8.....	90
O PARADIGMA TRADICIONAL DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM: O DESAFIO DA DOCÊNCIA TEOLÓGICA CONFSSIONAL	
Davi Marreiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4192028108	
CAPÍTULO 9.....	102
PARALELO ENTRE O PENSAMENTO DE YVES CONGAR E OS DOCUMENTOS DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANA EM MEDELLIN: SUA RELAÇÃO COM A <i>LUMEN GENTIUM</i> E GAUDIUM ET SPES DO CONCÍLIO VATICANO II	
Ailton Bento Araruna	
Edilberto Cavalcante Reis	
DOI 10.22533/at.ed.4192028109	
CAPÍTULO 10.....	109
RELIGIÃO E LIBERDADE DE EXPRESSÃO NO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO	
Sérgio Murilo Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.41920281010	
CAPÍTULO 11.....	119
SINAIS DOS TEMPOS EM “TEMPOS LÍQUIDOS”: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI	
Ademilson Tadeu Quirino	
Ligja Maria dos Reis Matos	
DOI 10.22533/at.ed.41920281011	
SOBRE OS ORGANIZADORES	135
ÍNDICE REMISSIVO.....	137

CAPÍTULO 8

O PARADIGMA TRADICIONAL DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM: O DESAFIO DA DOCÊNCIA TEOLÓGICA CONFSSIONAL

Data de aceite: 27/10/2020

Data de submissão: 31/08/2020

Docência. Teologia. Confessionalidade.
Paradigmas.

Davi Marreiro da Silva

Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)
Seminário Teológico das Assembleias de Deus
no Ceará (STADEC)
Faculdade Stella Maris (FSM)
Fortaleza - CE
<http://lattes.cnpq.br/0188828366313018>

THE TRADITIONAL PARADIGM OF THE TEACHING LEARNING PROCESS: THE CHALLENGE OF CONFSSIONAL THEOLOGICAL TEACHING

ABSTRACT: This article analyzes the most recent data released by the Census of Higher Education in Brazil. We only cut out the specific parameters that reveal the quantitative growth of Higher Education, however, we compare these indicators with other references in order to identify whether these numbers also explain a qualitative advance. We specify our research through the confessional theological context, briefly exposing the historical paths followed by theological higher education. We manifest some challenges encountered by the theological teaching practice, we propose to overcome the traditional teaching-learning paradigm and we conclude after the presentation of theoretical and normative foundations that collaborated to achieve the objective of this article, which is to enable the improvement of teaching and learning practice within the scope theological confessional.

KEYWORDS: Higher education. Teaching. Theology. Confessionality. Paradigms.

RESUMO: Este artigo analisa os mais recentes dados divulgados pelo Censo da Educação Superior no Brasil. Foram recortamos apenas os parâmetros específicos que revelam o crescimento quantitativo da Educação Superior, no entanto, confrontamos esses indicadores com outras referências com o objetivo de identificarmos se tais números explicitam também um avanço qualitativo. Especificamos nossa pesquisa através do contexto teológico confessional, expomos, resumidamente, os caminhos históricos trilhados pela educação superior teológica. Manifestamos alguns desafios encontrados pela prática docente teológica, propomos a superação do paradigma tradicional de ensino-aprendizagem e concluímos após a apresentação de fundamentos teóricos e normativos que colaboraram para alcançarmos o objetivo deste artigo que é viabilizar o aprimoramento da prática de ensino e aprendizagem no âmbito teológico confessional.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo o último Censo da Educação Superior, realizado em 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2018, foram ofertados

37.962 cursos de graduação, e 45 cursos sequenciais em 2.537 instituições de educação superior (IES), nelas foram matriculados, exatamente, 8,45 milhões estudantes. Entre 2006 e 2018, a matrícula na educação superior aumentou 44,6%, com uma média anual de 3,8% de crescimento. Além disso, em 2016 o Instituto Federal divulgou indicadores de qualidade que consolidaram uma realidade de acedência na educação superior. Conforme, Renato Augusto dos Santos, coordenador-geral de Controle de qualidade da Educação Superior do INEP, “mais de 90% dos cursos estão com um desempenho acima da média considerando o conjunto de informações que foram utilizadas para o cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC)”.

Baseando-se nessas estatísticas, aparentemente evidenciamos um avanço quantitativo e qualitativo na educação superior de nosso país. Consequentemente, entende-se que graus escolares antecedentes, cursos livres ou profissionalizantes, acompanharam o ritmo desse crescimento. Porém, no caso do curso de graduação teológica. De acordo com o sistema do Ministério da Educação (MEC), em 2016 existiam cadastradas no Brasil, 326 Instituições de Ensino Superior oferecendo o curso de bacharelado em teologia nas modalidades Presencial e Educação à Distância (EAD). Destacamos que apenas uma dessas instituições, mais precisamente o Centro Universitário Estácio, localizado em Santa Catarina, infelizmente, era a única entidade reconhecida legalmente que disponibilizava para seus alunos o curso de graduação em licenciatura teológica. Atualmente, quando realizamos a mesma pesquisa, evidenciamos que o número de licenciaturas em teologia aumentou com o acréscimo de mais duas IES, são elas: Centro Universitário Araguaia e Faculdade Adventista Paraense, todavia estão credenciados apenas 251 Bacharelados em teologia. Com isso, evidentemente, os profissionais que desejam formação docente em teologia, precisam recorrer, arbitrariamente, para a formação continuada nas práticas de ensino, isto é, cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, porém, no Brasil, conforme dados de 2014, existiam apenas sete instituições com programas de mestrado e/ou doutorado voltados para a educação teológica, “entre os cursos *stricto sensu* recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES”. (Parecer CNE/CES nº:60/2014. 9 p.31).

No entanto, sobrelevamos uma característica peculiar da ciência teológica. Conforme a resolução nº 241, de 1999, emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e Comissão de Educação Superior (CES) esta disciplina, quanto formação epistemológica, é caracterizada pela pluralidade de orientações, muito embora, originalmente, fosse constituída através da análise racional sobre os preceitos da fé, estando a princípio subordinada, apenas a uma única orientação religiosa, o catolicismo, episódios históricos, como; a reforma protestante e a separação entre igreja e estado, advento dos regimes republicanos e das monarquias constitucionais,

interferiram diretamente na composição desta ciência, a priori o efeito disto foi visto de imediato, por meio do surgimento das universidades protestantes. Contudo no Brasil, as instituições de ensino teológico, só passaram a serem reconhecidas pelo Estado, em 1999, com a emissão do já citado parecer nº 241 do CNE/CES. Com isso, as portas foram abertas em busca da oficialização estatal, porém, tal legalidade entrou em conflito com laicidade do estado, fato escusamente, já alertado na resolução:

“No Brasil, a tradição de currículos mínimos ou, mais recentemente, de diretrizes curriculares nacionais, associada à questão da validade dos diplomas de ensino superior para fins de exercício profissional pode interferir no pluralismo religioso. De fato, o estabelecimento de um currículo mínimo ou de diretrizes curriculares oficiais nacionais pode constituir uma ingerência do Estado em questões de fé e ferir o princípio da separação entre Igreja e Estado. Talvez, inclusive, seja esta a razão pela qual os cursos de Teologia não se generalizaram nas universidades brasileiras, mas se localizaram preferencialmente nos seminários.” (Parecer CNE/CES nº:241, 1999. p. 1).

Não obstante, sabemos que no Brasil existem inumeráveis escolas teológicas confessionais, instituições que são ligadas a diferentes confissões religiosas, com distintas orientações teológicas. Sendo assim, entendemos que a prática de ensino teológica não é uma exclusividade das instituições reconhecidas pelo MEC, e mesmo que considerássemos as escolas oficiais, de acordo com dados apresentados pelo Parecer CNE/CSE nº60/2014, na época em que foram formuladas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em teologia, existiam 108 instituições credenciadas, destas apenas 88 instituições foram consideradas, dentre elas foram identificadas 73 matrizes curriculares: 32 católicas, 19 protestantes, 8 evangélicas, 6 pentecostais, 3 interconfessionais, 2 adventistas, 1 espírita, 1 umbandista, 1 messiânica.

Com isso, grifamos a importância acadêmica do objeto desta pesquisa e propomos através da análise de fundamentos teóricos, propor diretrizes outorgadas por especialistas da área de formação de professores que viabilizem o aprimoramento da prática de ensino e aprendizagem no âmbito teológico confessional. Muitos motivos foram impulsionadores para a escolha desse tema, porém, também direcionamos nossa inquietação para outra necessidade constatada pelos maus resultados do Brasil no Programa Internacional de Avaliações de Estudantes (PISA, sigla em inglês). A prova do PISA coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi aplicada no ano de 2018 em 79 países, sendo 37 deles membros da OCDE e 42 países/economias parceiras, incluindo o Brasil. Em que os resultados divulgados, posicionaram o país na 64ª e 67ª colocações em ciências, na 55ª e 59ª em leitura e na 69ª e 72ª

posição em matemática. Assim sendo, entendemos que quantitativamente o ensino superior em termos gerais progrediu, porém quando filtramos os percentuais através dos indicadores que interpelam a eficácia do processo de ensino-aprendizagem, nos deparamos com uma enorme deformidade em todos os níveis da educação no Brasil. Conforme, Ricardo Falzetta gerente de conteúdo do Movimento Todos pela Educação, “É fundamental rever os cursos de formação inicial e continuada, de maneira que os docentes estejam realmente preparados para os desafios da sala de aula”. Conquanto, respeitamos as características que norteiam a produção de um artigo científico e preservamos a delimitação e objetividade, à vista disso, interpelamos sobre os paradigmas da prática de ensino e aprendizagem, que auxiliam na suplantação dos grandes desafios enfrentados pela docência teológica confessional, demarcada, principalmente, pelo padrão eclesialístico. Ressaltamos a impossibilidade de cingirmos todos os problemas ou desafios que envolvem a qualidade do ensino superior teológico, “tais como os aspectos políticos, econômicos, sociais, históricos e pedagógicos, foram selecionados aqueles que podem sofrer intervenção em níveis locais.” Souza (2012, p. 20).

2 I ADEQUAÇÕES EM DIFERENTES NÍVEIS

Iniciamos o desenvolvimento deste artigo, considerando outros percentuais divulgados pelo INEP, “em 2018, havia 384.474 docentes em exercício na educação superior no Brasil”. Nesta etapa de ensino em questão, percebemos que a maior contrariedade está na adequação da formação pedagógica, porém quando checamos os níveis que antecedem o ensino superior, constatamos precisamente um grau elevado de adequação disciplinar. Segundo as informações do Instituto Federal, existiam 2,2 milhões de professores atuando na educação básica no Brasil, desse montante, extraímos os 1.400.716 de professores que atuam no ensino fundamental:

“Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 78,5% têm nível superior completo (77,3% em grau acadêmico de licenciatura e 1,2% bacharelado), 6,3% estão cursando o ensino superior e 11,0% têm ensino médio normal/magistério.” Foram identificados ainda 4,3% com nível médio ou inferior.” (Censo 2018. p.4)

Com esses números coletados, fizemos uma comparação com o Indicador de Adequação da Formação Docente (IAFD), realizado em 2016. De acordo com o indicador, nos anos iniciais em questão, das disciplinas de língua estrangeira declaradas, apenas 41,2%, são ministradas por professores com formação mais adequada. Já nos anos finais do ensino fundamental foram contados 773,1 mil professores, nessa etapa, o pior resultado ocorre nas disciplinas de artes, onde

apenas 32% delas são ministradas por professores com formação mais adequada. Já no Ensino Médio foram contabilizados 519,6 mil professores, nesta fase de ensino, o péssimo resultado apontado pelo IAFD pertence às disciplinas de sociologia declaradas, onde apenas 25,8% são ministradas por professores com a formação mais adequada.

Com base nesses dados, sugerimos um questionamento proposto por Souza (2012, p. 21), “O ato de ensinar é algo complexo, por que muitos consideram que não necessitam de um repertório de conhecimentos específicos para fazê-lo?” De acordo com Censo de 2018, “os cursos de bacharelado continuam concentrando a maioria dos ingressantes da educação superior (58%), seguidos pelos cursos tecnológicos (20,9%) e de licenciatura (20,5%)”, no entanto, quando destacamos o percentual das licenciaturas, rememoramos que nos dias que correm apenas três IES oferecem formação docente na área teológica, por mais otimistas que sejamos, obrigatoriamente, presumimos que a maioria das faculdades teológicas no Brasil, estão ocupadas por “professores” bacharéis, ou seja, mesmo que considerássemos a ínfima quantidade de docentes com licenciatura ou formação continuada em outras áreas, devemos admitir essa preocupante adequação na formação docente no contexto educacional teológico. No entanto, este déficit não é particular das Instituições teológicas, nem tão pouco afeta apenas o campo da docência das IES:

“Esse descompromisso com a formação pedagógica é reforçado pelo sistema de gestão de Instituições de Ensino Superior – IES, tanto públicas quanto privadas. Ao indicarem para cargos de coordenação pedagógica bacharéis sem formação pedagógica, ou licenciados malformados, descaracterizam completamente a função daquele que deveria coordenar as ações de ensino-aprendizagem de curso. Verifica-se então, um imenso contingente de coordenadores pedagógicos que se tornam verdadeiros burocratas, que servem de mediadores de exigências burocráticas institucionais, e jamais promovem a reflexão coletiva sobre o curso.” (Souza, 2012, p.20)

Adequações deste tipo, fatalmente causam um enorme prejuízo ao processo de ensino-aprendizagem, contudo, ressaltamos, assim como Souza (2012, p.21), que o Ministério da Educação, cada vez mais, está exigindo que as IES estejam, devidamente, regulamentadas e amparadas pelas normativas nacionais da educação. Com isso, busca-se, obviamente, avanços na formação superior, entendemos que qualquer instituição de ensino, deve, no mínimo, impreterivelmente, articular ações e estratégias que promovam também melhorias na qualidade da formação pedagógica dos professores. No entanto, infelizmente, mesmo em IES sustentadas por todas diretrizes e normativas do MEC, ainda não atingimos resultados expressivos, imaginemos então, as instituições teológicas confessionais “não regulamentadas”, estamos destacando incontáveis escolas que viabilizam a formação em teologia

confessional, que estão ou são afastadas dos reparadores roteiros que conduzem para uma organização pedagógica eficaz.

3 I DESAFIO DA REGULAMENTAÇÃO

Baseando-se em todas estas informações, salientamos que a regulamentação, ou melhor, a busca pelo reconhecimento do estado, possivelmente é o primeiro e principal desafio das instituições de ensino teológico eclesial, pois, apesar da normatização produzir muitos benefícios, tanto para o aluno, quanto para o professor, possibilitando avanços na prática pedagógica, onde o docente pode expandir sua visão para um exercício do ensino teológico mais abrangente e holístico e o discente conseqüentemente, lucrar pelo direito da certificação penhorada pelo MEC e a vantagem de prosseguir sua caminhada acadêmica em busca de uma especialização, mestrado e doutorado. Todavia, esse assunto provoca muita discussão entre as Instituições Teológicas, porque existem posições antagônicas, quanto a interferência do Estado sobre os assuntos relacionados a fé e a confissão doutrinária de cada instituição. Enquanto alguns zelam piedosamente pela manutenção legítima de suas convicções, buscando endossar a tradição, onde a principal função de um curso teológico é formar pastores, ou no mínimo, obreiros aptos para o serviço ministerial eclesial. Conforme Gomes (2013. p.148) cita o texto de Sidney de Moraes Sanches:

(...) Tradicionalmente, a educação teológica no Brasil foi direcionada para a formação de pastores que não somente lideravam igrejas como também as instâncias eclesiais, as denominações, onde os destinos das igrejas eram decididos. Estas lideranças serviam ao empreendimento missionário protestante mundial de preparar pastores para as igrejas nos campos de missão, e por isso mesmo, sem a mínima reflexão sobre a vida e o das igrejas em seu contexto. (SANCHES. 2009, p.5)

Outros entendem que a autonomia acadêmica de cada instituição é assegurada constitucionalmente, portanto não haveria motivos para um total afastamento do estado, tais apreciadores desta opinião entendem que essa troca de interesses, efetivamente é capaz de produzir mais vantagens, do que desvantagens, afinal, já citamos que o próprio Conselho Nacional de Educação protegeu e reconheceu os cursos livres em teológica através da resolução nº 241, de 1999:

“Em termos da autonomia acadêmica que a constituição assegura, não pode o Estado impedir ou cercear a criação destes cursos. Por outro lado, devemos reconhecer que, em não se tratando de uma profissão regulamentada não há, de fato, nenhuma necessidade de estabelecer diretrizes curriculares que uniformizem o ensino desta área de conhecimento. Pode o Estado portanto, evitando a

regulamentação do conteúdo do ensino, respeitar plenamente os princípios da liberdade religiosa e da separação entre Igreja e Estado, permitindo a diversidade de orientações.”

Essa concessão foi primordial para o “curso livre” de bacharelado em teologia que passou a ser reconhecido como curso superior, contudo, em 2004, outra resolução do MEC contribuiu amplamente para o crescimento quantitativo através da grande busca pela educação teológica no Brasil. Fato que tranquilizou muitos “conservadores” e satisfez muitos dos “progressistas”, uma vez que, o Parecer CNE/CES 0063/2004, viabilizou a convalidação dos diplomas dos cursos livres em teologia, ou seja, alunos que concluíram o bacharelado teológico, mesmo em instituições confessionais não oficiais, poderiam solicitar a autenticação junto ao MEC, respeitando, incontestadamente alguns critérios básicos, como; a comprovação do certificado do ensino médio, o ingresso no curso através de um processo seletivo, cumprindo a duração de, pelo menos, 1.600 horas, a comprovação da conclusão do curso e apresentação do conteúdo pragmático das disciplinas a serem aproveitadas. Com isso, a autonomia acadêmica teológica foi ratificada, possibilitando que Instituições entendidas por confessionais, assegurassem o direito ao reconhecimento junto ao MEC.

4 | O DESAFIO DO PARADIGMA TRADICIONAL

Retornamos ao contexto conflituoso, em 4 de Maio de 2006, quando a Fundação Mokiti Okana solicitou ao Ministério da Educação o credenciamento da Faculdade Messiânica, a ser instalada na cidade de São Paulo, pedindo a autorização para o oferecimento do curso de bacharelado em teologia. Em 2008, o Parecer CNE/CES nº 101/2008, analisou o pedido da fundação, e o conselheiro/relator Milton Linhares, votou favorável ao credenciamento da Faculdade Messiânica, todavia a conselheira Maria Ancona-Lopez pediu “vistas” e questionou a pertinência do Conselho Nacional de Educação credenciar uma faculdade a partir de um curso de teologia. Segundo a conselheira, mesmo que, até aquele ano, ainda não haviam estabelecidas as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Teologia, algumas comissões de especialistas do INEP já faziam referências sobre à necessidade desses cursos assumirem um caráter mais acadêmico.

Segundo informações constantes do *site* do INEP, Portal SiedSup, há 96 cursos superiores de Teologia autorizados ou reconhecidos pelo MEC no País, sendo 3 deles na modalidade a distância. Estes cursos contemplam diversas denominações religiosas: católica, luterana, batista, metodista, evangélica, adventista, umbandista, presbiteriana e espírita.

(Maria Ancona-Lopez Parecer CNE/CES nº 101/2008. p. 7)

Maria A. Lopez pesquisou a base curricular de 14 cursos superiores de teologia já autorizados pelo MEC, com isso foi possível identificar a existência de seis eixos dos quais as disciplinas se distribuem: 1. Teologia, 2. História da religião, 3. Ética e filosofia, 4. Antropologia, sociologia e psicologia da religião, 5. Metodologia científica e do trabalho científico, 6. Línguas. No entanto, verificou-se uma relevante incoerência ou desequilíbrio na elaboração dos currículos, pois a distribuição das disciplinas, na grande maioria das vezes privilegiava os “temas relacionados à denominação religiosa específica da IES”. Após constatar tanta irregularidade entre as instituições”, a conselheira sublinha:

Acrescento, no entanto, a recomendação à IES para que, na concretização do referido curso e das disciplinas, desenvolva no aluno uma visão epistemológica e histórica abrangente, capacitando-o a pensar criticamente o universo da Teologia a partir de diferentes perspectivas filosóficas e a abordá-lo de forma metodologicamente adequada e condizente com os avanços científicos.(Parecer CNE/CES nº 101/2008. p. 11)

Essa consideração culminou na elaboração do Parecer CNE/CES nº 118/2009, onde a própria conselheira, Maria A. Lopez, torna-se relatora e afirma categoricamente que a exclusão da análise da matriz curricular favorece as instituições teológicas, deixando-as com ampla autonomia ou liberdade na elaboração de seus currículos, propiciando a indomável criação e aprovação de cursos de teologia, “com caráter, exclusivamente confessional”. Por consequência disso, alguns desses cursos não possuem características acadêmicas, não respeitando a diversidade da própria ciência teológica e desconsideram a “universalidade de conhecimento própria do ensino superior”. A relatora entende que como graduação, os cursos de teologia, devem acatar o Parecer CNE/CES nº 776/97 que reitera a necessidade de “incentivar uma sólida formação geral necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de produto de conhecimento.” Dessa forma, a conselheira, reafirma a importância da ruptura com o paradigma tradicional de ensino, pois um curso de teologia deve garantir o acesso à diversidade e à complexidade das teologias, nas mais diferentes culturas e momentos históricos, desenvolver uma flexibilidade curricular, possibilitando a interação com áreas afins, ou seja, estudos interdisciplinares, considerando, “conhecimentos das ciências humanas e sociais, da filosofia, da história, da antropologia, da sociologia, da psicologia, da biologia entre outras”. Disciplinas como essas, evidentemente não objetivam afirmar ou negar a veracidade das concepções teológicas, mas estudam os modos como elas surgem, se manifestam e como atuam “nas diferentes dimensões da vida”.

Com base nos argumentos da relatora, o CNE/CES nº 118/2009, estabeleceu que a partir do referido documento, qualquer instituição de ensino teológico, que visa

credenciar seu curso de bacharelado como nível superior, precisar obrigatoriamente fixar sistematicamente seu currículo respeitando os seguintes eixos:

1. Eixo filosófico – que contemple disciplinas que permitam avaliar as linhas de pensamento subjacentes às teologias, conhecer as suas bases epistemológicas e desenvolver o respeito à ética;
2. eixo metodológico – que garanta a apropriação de métodos e estratégias de produção do conhecimento científico na área das ciências humanas;
3. eixo histórico – que garanta a compreensão dos contextos culturais e históricos;
4. eixo sócio-político – que contemple análises sociológicas, econômicas e políticas e seus efeitos nas relações institucionais e internacionais;
5. eixo linguístico – que possibilite a leitura e a interpretação dos textos que compõem o saber específico de cada teologia e o domínio de procedimentos da hermenêutica;
6. eixo interdisciplinar – que estabeleça diálogo com áreas de interface, como a psicologia, a antropologia, o direito, a biologia e outras áreas científicas.

Preservando a delimitação e objetividade deste artigo, ressaltamos a importância do Parecer 118/2009. Acreditamos que as discussões apresentadas por este documento, abriram o caminho para conquistarmos a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos em teologia. A resolução nº 4, de 16 de setembro de 2016, do MEC, passou a exigir através de seus artigos, que as instituições teológicas deveriam observar e normatizar; o projeto pedagógico, a matriz curricular, as linhas de formação, as articulações do processo de ensino-aprendizagem, os processos de atualizações, a carga horária total, os trabalhos de conclusão de curso, as competências gerais e específicas, acompanhamentos e avaliações, as atividades complementares, dentre outros.(Art. 2º). Destacamos também o Artigo nº 7, que estipula que os conteúdos curriculares do curso de graduação em teologia deverão obedecer a quatro eixos temáticos: 1. Formação fundamental, 2. Formação Interdisciplinar, 3. Eixo de formação teórico-prática e 4. Eixo de formação complementar. Sabemos que essas normativas, ainda geram fervorosas discussões, não pretendemos aqui, promover uma reconciliação entre as opiniões antagônicas.

Contudo, sabemos que estas diretrizes curriculares concebidas no Parecer

CNE/CSE nº 60/2014, potencializaram avanços, tanto para o Ensino Superior Teológico, quanto para o Ensino Teológico Confessional, pois tais normativas, além de postularem uma padronização e regularidades das instituições, ao contrário do que muitos pensam, promovem atualizações e dinamismo na prática de ensino e aprendizagem. Conforme, Behrens (1999. p.383), os paradigmas conservadores ou tradicionais, precisam definitivamente ser superados, pois os mesmos estão, diretamente influenciados pelo paradigma da ciência “newtoniana-cartesiana”, onde a ação docente “apresenta-se fragmentada e assentada na memorização, na cópia e preocupada apenas com a reprodução de conhecimento, além disso, desconsideram toda riqueza e dinamismo da realidade contextual moderna. Segundo o teórico, o final do século XX caracteriza-se pelo advento da “sociedade do conhecimento, da revolução da informação e da exigência da produção de conhecimento”, por consequência disso, professores de todas as áreas de conhecimento precisam repensar “seus papéis e funções na sociedade”. Com isso, reforçamos e entendemos que, mesmo os docentes de instituições confessionais, precisam amodernarem suas ações, apropriando-se do “papel fundamental de articulador e mediador entre o conhecimento elaborado e o conhecimento a ser produzido”. Indiscutivelmente, o desafio do professor de teologia confessional é enorme, no entanto, admitimos sua superação, pois a própria evolução cultural, social e história, impulsiona as inovações das estratégias educacionais. Entendemos que mesmo embutidos em um contexto confessionalmente eclesialístico, os docentes dessas instituições, precisam encontrar o equilíbrio entre as concepções doutrinárias e particulares de cada instituição, não esquecendo de sua responsabilidade de possibilitar que seus alunos obtenham uma visão holística madura e interdisciplinar do ensino teológico.

Certamente, alguns teólogos mais conservadores questionam, e até desconsideram tais “influências externas”, contudo historicamente e teoricamente a teologia é entendida por seu dinamismo e multiformidade cultural, no entanto, o que estamos propondo é algo já defendido por alguns estudiosos da área, por exemplo; conforme Zabatiero (2011. p.16) até mesmo a “teologia acadêmica” até o presente momento, não conseguiu se desvincular de um paradigma tradicional segmentador, subordinado apenas a uma divisão disciplinar. Segundo o teólogo, interpretando Friedrich Schleiermacher, as teorias acadêmicas pareciam promissoras, no entanto “se aproximaram demais do sol e estão derretendo.” Desse modo entendemos que não adianta nada encontrarmos parâmetros que viabilizem o aprimoramento da prática de ensino se ficarmos inertes.

Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, transdisciplinaridade. São palavras fortes, que indicam o esgotamento de um paradigma curricular e epistêmico e propõe um novo. Na prática o paradigma disciplinar ainda é predominante e as tentativas de implantar a inter-

multi-transdisciplinaridade ou se tornam apêndices grotescos ou simplesmente não passam de conversa ineficaz. Em três décadas de trabalho como professor em faculdades de teologia tenho percebido o quão forte é o paradigma disciplinar, ao ponto de várias tentativas de alteração terem sido, simplesmente, suprimidas da história. Como sou teimoso, porém quero insistir na mudança. Não mudar apenas por mudar, mas mudar por que a teologia é, em si mesma, multidisciplinar. (Zabatiero, p.16)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, neste artigo apresentamos alguns passos da Educação Superior no Brasil, mais especificamente; as Instituições de Ensino Superior Teológico, sejam elas confessionais ou não, vimos alguns dados alarmantes que intensificam a diligência em busca de novas estratégias, adequações e aprimoramentos para a prática de ensino-aprendizagem no âmbito da ciência teológica, entendemos que as diretrizes do Conselho Nacional de Educação são ferramentas essenciais para a conquista de resultados mais positivos e significativos. Destacamos que instituições, docentes e discentes, que compartilham dos interesses teológicos, precisam obrigatoriamente, unirem forças para enfrentar os enormes desafios particulares dessa área. Realçamos a importância acadêmica desta pesquisa e entendemos que o paradigma tradicional de ensino precisa ser superado, admitimos, que “não é mais possível fazer teologia criativa, inovadora, dentro do paradigma disciplinar.” (Zabatiero, p.16)

REFERÊNCIAS

BATISTA, Eraldo L; SILVA, Semíramis C; SOUZA, Tatiana N. de. “Desafios e perspectivas das ciências humanas na atuação e na formação docente” Jundiá. Paco Editorial,2012.

BRASIL. Ministério da Educação. “Parecer Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior nº 241/1999, nº 296/1999, nº 63/2004, nº 203/2004, nº 287/2004, nº 429/2005, nº 101/2008, nº 118/2009, nº 51/2010, nº 60/2014, nº 4/2016. Disponíveis em: <<http://portal.mec.gov.br/observatorio-da-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12877-cursos-de-teologia>> Acesso em: 15 de Janeiro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; INEP. “Censo da Educação Superior 2016”. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206> Acesso em: 10 de Fevereiro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; INEP. “Censo Escolar da Educação Básica 2016”. Disponível em:< http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação; INEP. “Censo Escolar da Educação Básica 2018”. Disponível em:< http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf>. Acesso em: 05 de Maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação; INEP. “PISA 2018”. Disponível em:< http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_PISA_2018_preliminar.pdf>. Acesso em: 05 de Maio de 2020.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria especial de editoração e publicações subsecretaria de edições técnicas. “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2018.

CARDOSO, Samuel da S. “Uma teologia para chamar de nossa”. São Paulo, Editora Reflexão, 2015. (p.9-18)

GOMES, José Ozean. “Educação teológica no pentecostalismo brasileiro”: política eclesial da Assembleia de Deus brasileira com respeito à educação teológica formal (1943-1983). São Paulo, Fonte Editorial, 2013.

MORENO, Ana Carolina. “Brasil cai em ranking mundial de educação em ciências, leitura e matemática.” São Paulo. Portal G1 Notícias, 2016. Disponível em:< <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica.ghtml>>. Acesso em: 25 de Fevereiro de 2018.

SANCHES, Regina F. “Tentação da Educação Teológica no Brasil”. Belo Horizonte. Revista Ultimato. 2011. Disponível em:<<http://www.ultimato.com.br/conteudo/tentacoes-da-educacao-teologica-no-brasil>>. Acesso em: Acesso em: 13 de Fevereiro de 2018.

SOUZA, Tatiana N. “Formação do professor universitário: desafios para a melhoria da qualidade das práticas de ensino”. Jundiaí, Paco Editorial, 2012. (p.19-35)

ZABATIERO, Julio. “Para um método teológico. 1ª Edição. São Paulo. Fonte Editorial, Faculdade Unida, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

B

Bíblia Hebraica 54, 55, 56, 57, 58, 59

C

Confessionalidade 90

Congar 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108

E

Eclesiologia 102, 103, 104, 105, 106, 108

G

Gênero 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 27, 63, 64, 65, 123, 132, 135

H

Habermas 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118

I

Identidade negra 13, 16, 17, 26

L

Literatura infantil 13, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 27

M

Medellin 102, 106, 107, 108

Morte 28, 29, 30, 33, 34, 35, 39, 86, 109, 110, 122, 125, 127, 130

Mulher 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 22, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 73, 74, 75

N

Narrativas bíblicas 54, 55, 56, 58, 60

P

Paradigmas 6, 90, 93, 99

Peregrinos 63

Preservação 35, 41, 42, 51, 52, 53

R

Racismo 13, 14, 15, 16, 17, 19, 23, 24, 25, 26, 27

Relações raciais 13, 15, 26, 27

Religião 2, 3, 8, 10, 12, 21, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 45, 48, 78, 81, 83, 84, 86, 88, 89, 97, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 127, 135

Restauração 41, 52, 54, 59, 79

S

Santos 16, 19, 21, 31, 33, 40, 63, 66, 67, 68, 69, 73, 91, 104

T





Tempos líquidos 119, 128, 129, 130, 134

Teologia 2, 5, 61, 76, 77, 78, 84, 88, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 111, 112, 121, 133, 135





Tolerância 109

X

Xintoísmo 28, 29, 30, 31, 32, 34

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Teologia e Ciência da Religião: Agenda para Discussão 2

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Teologia e Ciência da Religião: Agenda para Discussão 2